



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

Coabitar, trabalhar e rezar – os primeiros moradores e a urbanização do povoado Alagoinha: em busca dos elementos constitutivos da cidade

Maria Lucimar Rocha¹

Johny Santana Araujo²

Resumo: Neste trabalho abordaremos a urbanização e o desenvolvimento do povoado que mais tarde será a sede da futura cidade de Alagoinha do Piauí, partindo da análise das representações que seus moradores tiveram a respeito do surgimento dos elementos constitutivos da cidade: Ruas, mercado, templo. Assim, perscrutaremos a cidade ou a constituição dos seus elementos no ainda povoado Alagoinha, no limiar do século XX, partindo da diferenciação existente entre cidade e urbano. Nosso objetivo é investigar o processo de urbanização do povoado Alagoinha e os caminhos percorridos pelos primeiros moradores para o desfecho na autonomia do município, perscrutando também seu cotidiano e suas vivências, bem como as significações que tais elementos e moradores tiveram no posterior processo de emancipação política, partindo da análise de poemas, crônicas e textos de memória dos alagoinhenses, resultados de uma memória herdada. Como aporte teórico/metodológico que orienta esta escrita, temos Michael Pollak, Roger Chartier, Sandra Pesavento, Michel de Certeau, Ítalo Calvino, Antônio Paulo Rezende, Raquel Rolnik e Ana F. A. Carlos.

Palavras-Chave: Alagoinha do Piauí; Urbanização; Cidade; Representações.

Abstract: In this paper we will discuss the urbanization and development of the village that will later be the seat of the future city of Alagoinha do Piauí, starting from the analysis of the representations that its dwellers had about the appearance of the constituent elements of the city: Streets, market, temple. Thus, we will examine the city or the constitution of its elements in the still village of Alagoinha, at the threshold of the twentieth century, starting from the differentiation between city and urban. Our objective is to investigate the process of urbanization of Alagoinha settlement and the paths taken by the first dwellers for the outcome in the autonomy of the municipality, also examining their daily life and their experiences, as well as the meanings that such elements and residents had in the later process of political emancipation, starting from the analysis of poems, chronicles and memory texts of the residents of Alagoinha, results of an inherited memory. As a theoretical/methodological contribution that guides this writing, we have Michael Pollak, Roger Chartier, Sandra Pesavento, Michel de Certeau, Ítalo Calvino, Antônio Paulo Rezende, Raquel Rolnik and Ana F. A. Carlos.

Key words: Alagoinha do Piauí; Urbanization; City; Representations.

*Ela é a lagoinha,
Onde eu nunca mergulhei.
Ela é uma pracinha,
Por onde eu tanto andei.*

¹Mestranda no curso de Pós Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí – PPGHB/UFPI (2016-2018), graduada em História pela UFPI (2014), especialista em História Social da Cultura pela UFPI/EAD (2016). Professora efetiva vinculada à Secretaria do Estado de Educação – SEDUC PI.

² Bacharel em História pela UFMA (2001). Graduado em História Licenciatura Plena pela UFMA (2004). Mestre em História do Brasil pela UFPI (2005). Doutor em História Social pela UFF (2009). É Professor da Universidade Federal do Piauí e Membro do Programa de Pós-graduação em História do Brasil.

*Ela é uma capela
Que como ela cresceu,
Ela é a luz da vela
Que um cruzeiro recebeu.*

*Ela é a feira livre
A sombra do cajueiro.
Ela é o verso feito,
Debaixo do juazeiro
(SOUSA, 2016).*

Introdução

O que define uma Cidade? O que faz um determinado espaço habitado, situado em um lugar qualquer da natureza ganhar dimensões de cidade? Certamente para estas perguntas poderiam surgir uma série de respostas lógicas, uma delas a apresentada pelo dicionário: “A cidade é um aglomerado humano localizado em uma área geográfica circunscrita, que tem numerosas casas, destinadas à moradia e/ou a atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras e a outras atividades não relacionadas com a exploração direta do solo; urbe” (FERREIRA, 2001, p.153). Para que seja cidade é preciso que haja também um poder regulador, representado por uma municipalidade.

Neste caso, não haveria tantas possibilidades nem mesmo tantas seduições em estudar a cidade, a não ser do ponto de vista urbanístico. Ora, mas se pensarmos a cidade do ponto de vista histórico e mais ainda, do ponto de vista dos seus moradores, logo perceberemos que os elementos constitutivos da cidade não são apenas aqueles que a apresentam enquanto espaço urbano, como certa quantidade de casas, a realização de atividades financeiras, a moradia de certo número de pessoas, estes elementos seriam constitutivos do urbano - da “ordem distante”, que se caracteriza pela extração de seu caráter pessoal, afetivo, imprimindo-lhe uma aparência meramente material - e não da cidade, que se constitui enquanto algo mais próximo de seus moradores, segundo a definição da geógrafa Ana F. Alessandri Carlos (2004).

Os elementos constitutivos da cidade passam, portanto, pela ideia de uma construção humana, se apropriando do espaço geográfico, dominando-o, ou seja, os estudos da cidade se revelam enquanto possibilidade de estudo das vivências, das sociabilidades, das memórias, das relações pessoais e de trabalho, enfim, das mais variadas práticas e dos mais variados atores sociais que incidem sobre os seus espaços (PESAVENTO, 2003).

Assim, perscrutaremos a cidade ou a constituição dos seus elementos de urbanização no ainda povoado Alagoinha do Piauí, no limiar do século XX, partindo da diferenciação entre cidade e urbano, entre o vivido, palpável, rememorável (cidade) e o mensurável,

classificável (urbano), para isso, nos valem das explicações de Ana F. Alessandri Carlos ao diferenciar cidade e urbano:

[...] a cidade constituiria a “ordem próxima”, enquanto o urbano se referiria ao que chama de uma “ordem distante”; nesta dimensão, o urbano revelaria o processo de generalização da urbanização e da formação de uma sociedade urbana como possibilidade. Já a cidade permitiria pensar o plano do lugar revelando o vivido (CARLOS, 2004, p. 9).

Chegamos, pois, ao poema que serve de epígrafe deste artigo e também de elemento denotador da nossa escrita sobre a cidade de Alagoinha do Piauí, sendo ele um exemplo de expressão do vivido ou do viver na cidade, ao evocar as memórias de uma moradora associada a certos lugares da cidade em questão.

Neste trabalho abordaremos a urbanização e o desenvolvimento do povoado Alagoinha, partindo da análise das representações que seus moradores tiveram a respeito do surgimento dos elementos constitutivos da cidade: Ruas, mercado, templo (a Igreja Matriz de São João Batista). Nelas os alagoinhenses atribuem sentido a momentos que consideram importantes para a criação da cidade e da identidade alagoinhense, pois conforme Roger Chartier (1991), não há prática que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos dão sentido ao seu mundo.

As representações literárias dos moradores alagoinhenses sobre fatos longínquos no tempo são uma forma de produção ou atribuição de sentido a sua cidade, local recheado de sensibilidades, que se dá a perceber através dos discursos e representações sobre ela.

O objetivo é investigar o processo de urbanização do povoado Alagoinha e os caminhos percorridos pelos primeiros moradores para o desfecho na autonomia do município, bem como as significações que tais elementos acima citados e moradores tiveram no posterior processo de emancipação política, partindo da análise de poemas, crônicas e textos de memória dos alagoinhenses.

A cidade de Alagoinha do Piauí é hoje um município autônomo, localizado no sudeste piauiense, microrregião de Pio IX, encontra-se situada a 385 Km da capital Teresina, limita-se ao Norte com Pio IX, ao Sul com Vila Nova do Piauí, Campo Grande do Piauí e São Julião, ao Leste com Vila Nova do Piauí e Pio IX e ao Oeste com Monsenhor Hipólito. Possui uma área territorial de 533 Km² e uma população estimada de 7.526³ habitantes, segundo dados do IBGE e da Fundação CEPRO, tendo como principal atividade econômica a agricultura.

O povoamento de Alagoinha do Piauí data dos últimos anos do século XVIII, segundo relatos da tradição oral atribuídos a antigos moradores locais: Se deu através da procura por

³ População estimada de Alagoinha do Piauí no ano de 2017, segundo dados do IBGE.

terras onde pudessem desenvolver a criação de gado e a agricultura, no contexto de povoamento de boa parte do sertão brasileiro (ROCHA, 2014, p. 211- 227). Permaneceu como área territorial de Pio IX até o ano de 1986, quando conseguiu sua emancipação política por meio de um longo processo iniciado ainda na década de 1960. Podemos observar no mapa a seguir a localização do município de Alagoinha do Piauí em relação ao território piauiense:

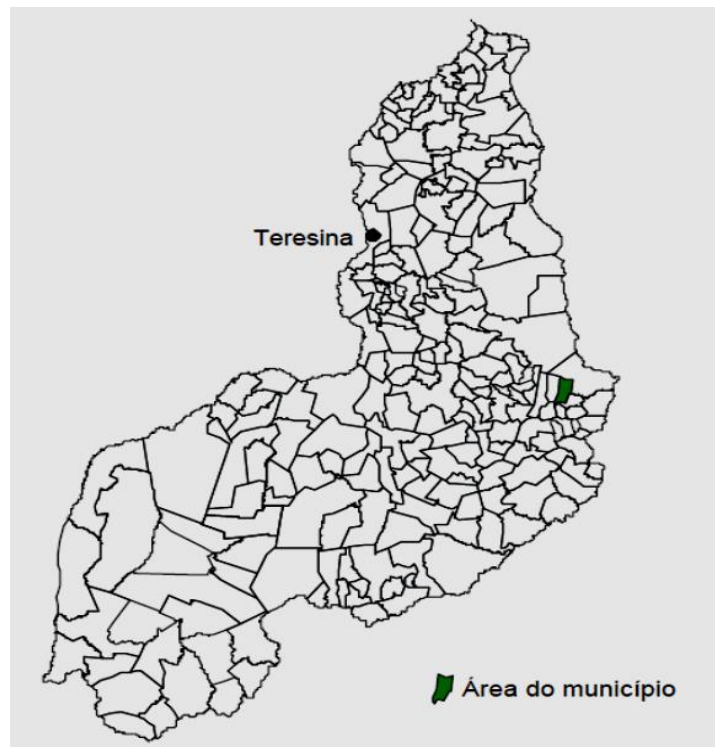


Figura 1: Localização de Alagoinha. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/alagoinhadopiau%C3%AD>. Acesso em 27 dez. 2017.

Explicamos, porém, que nosso objetivo nestas páginas é apenas discutir a construção dos elementos que no olhar dos alagoinhenses, imprimiam ao então povoado uma face mais urbanizada e, por isso foram usados mais tarde como justificativas para pleitear a emancipação política – Portanto não estudaremos o processo de emancipação política e sim a urbanização do povoado, na primeira metade do século XX.

Iniciamos este trabalho trazendo um trecho de um poema, que como os outros que ainda iremos analisar, faz parte das representações e apropriações (CHARTIER, 1991) dos alagoinhenses sobre sua cidade. No poema intitulado *Minha cidade*, de Regivalda Sousa, a autora reverencia sua cidade elegendo os elementos que em seu olhar traduzem ou fazem lembrar a cidade de Alagoinha do Piauí: A lagoinha, a pracinha, a capela, o cruzeiro, a feira.

Em sua homenagem, Regivalda Sousa canta a simplicidade de uma cidade pequena, cheia de recordações cotidianas que representam o viver na cidade para muitos alagoinhenses.

Coincidentemente ou não, alguns dos elementos por ela elencados também são eleitos nesta pesquisa como desencadeadores do processo de urbanização do lugar Alagoinha: As ruas, o mercado e o templo.

Como fontes principais para a construção deste trabalho, analisaremos o poema *Homenagem a Alagoinha do Piauí* de Adão das Chagas Brito (2000), pertencente ao acervo particular da família Brito, que traz informações a respeito da chegada das primeiras famílias a região e a construção dos elementos significativos do urbano no povoado Alagoinha e os poemas *A lagoa* e *Minha cidade*, de Regivalda Sousa (2016). Investigaremos também textos memorialísticos pertencentes ao Arquivo da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Educação, tais como: *Resumo Histórico do Município de Alagoinha do Piauí* (1998), *Perfil do Município de Alagoinha do Piauí* (1997), *Origem Histórica de Alagoinha do Piauí* (2001), que trazem informações a respeito da abertura de ruas organizadas em quadras, no que hoje é o centro da cidade e também do mercado público.

Sabendo que a sagração do território a uma divindade faz parte dos ritos de fundação de uma cidade (ROLNIK, 2004) também priorizaremos na nossa escrita a construção da Igreja Matriz de Alagoinha, como um dos elementos que constituem a cidade; para isso nos debruçaremos sobre o poema *Homenagem as bodas de diamante dos festejos de São João Batista* de Fidélia Rocha Brito (2006); e, por fim, para percebermos as significações que o desenvolvimento do povoado Alagoinha teve no momento de reivindicar a emancipação política, analisaremos também a letra do *Hino a Alagoinha do Piauí* (2007), também de Fidélia Rocha Brito e o livro de Marcos Carvalho *Viagem no tempo - Alagoinha do Piauí-PI: história documental (1792-2006)*.

Uma vez que nos propomos a utilizar como fontes as escritas dos moradores sobre seu lugar, escritas estas que têm ou tiveram os mais variados formatos e finalidades: São poemas, crônicas, resumos históricos - dos quais buscamos extrair o significado histórico que nos possa subsidiar na construção desta narrativa - devemos considerar o conselho de Roger Chartier ao analisar seus objetos principais de pesquisa, a escrita e a leitura: “O essencial é, portanto, compreender como os mesmos textos – sob formas impressas possivelmente diferentes – podem ser diversamente apreendidos, manipulados, compreendidos” (CHARTIER, 1991, p. 181).

Roger Chartier nos aconselha a entender que embora a escrita seja uma representação do escritor sobre algo que lhe chama a atenção no ato da leitura, também produzimos sentidos, nos apropriamos do que foi escrito nem sempre imprimindo o mesmo significado de quem o escreveu.

A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. Segundo a bela imagem de Michel de Certeau, o leitor é um caçador que percorre terras alheias. Apreendido pela leitura, o texto não tem de modo algum – ou ao menos não totalmente – o sentido que lhe atribui seu autor [...] Toda a história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor. Mas esta liberdade leitora não é jamais absoluta. Ela é cercada por limitações [...] (CHARTIER, 1999, p. 77).

Compreendemos que quando nos utilizamos do aporte de escritos sobre Alagoinha do Piauí como fontes para construir a nossa narrativa estamos, possivelmente, apreendendo-os, manipulando-os e compreendendo-os de forma diversa da finalidade inicial para a qual o texto foi escrito. Por isso, queremos sempre deixar clara a nossa intenção de perscrutá-los enquanto representações dos moradores sobre momentos importantes de sua cidade. Assim, buscamos respostas para uma série de perguntas: Sobre como teria sido a vida dos primeiros moradores do povoado Alagoinha; sobre a construção e a significação dos elementos constitutivos da urbanização, como ruas, mercado, templo; sobre o desenvolvimento do povoado, buscando entender que repercussões estes acontecimentos teriam para um posterior pedido de emancipação política.

Ora, Ítalo Calvino nos adverte que “de uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete muralhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas” (CALVINO, 1990, p. 44). Nesta inquietante busca por respostas às nossas perguntas, nós, historiadores, precisamos compreender que muitas vezes as cidades se apresentam por símbolos, discursos e representações que significam “outras coisas”.

Sobre esta busca pelas respostas da cidade, Antônio Paulo Rezende reflete sobre o perigo de capturá-las como imagens petrificadas, sem levar em conta o sabor das temporalidades, das continuidades e descontinuidades, vicissitudes ao longo das quais a cidade se forma:

Na sua busca por respostas, o historiador pode querer identificá-las, dando nome às coisas e aos símbolos das cidades, organizando as suas memórias, como se o nome fosse a representação exata da coisa e não como é, muitas vezes, o seu disfarce maior. As coisas recentes e as coisas velhas ameaçam se confundir quando pensamos que é, apenas, a distância temporal que as faz diferente (REZENDE, 1997, p. 23).

De fato, nas cidades e nas representações sobre elas, as “coisas velhas” e as “coisas recentes” não apenas ameaçam, mas se confundem, servem à legitimação, à exaltação ou à constituição da cidade ou de uma ideia de cidade.

A formação dos primeiros núcleos de povoamento

*Existiu uma lagoa,
Tão bonita e tão boa,
Que a nada se equiparava.
[...]
E sempre, sempre atraía,
Quem do seu leito bebia,
E nela se refrescava.
[...]
Até que a tal lagoa,
Pura, linda, limpa e boa,
Em povoado se fez
(SOUSA, 2016).*

O poema de Regivalda Sousa trata das condições sob as quais o povoado Alagoinha se forma: À margem da lagoa “pura, linda, limpa e boa”. Nesta representação, a autora, por meio de sua linguagem poética, explica o motivo pelo qual o lugar que atraiu maior aglomeração populacional, a ponto de se tornar povoado e depois sede municipal, foi Alagoinha. Justamente pela atração que a água – representada pela lagoa e pelo Rio Marçal – exercia nos primeiros povoadores.

A lagoa “sempre, sempre atraía quem do seu leito bebia”, sim, pois para a formação inicial de aglomerados sedentários, povoados, cidades, era preciso que houvesse, antes de tudo, um elemento agregador, um imã que atraísse pessoas para a formação dos espaços coletivos na natureza (ROLNIK, 2004).

Para entendermos a formação do lugar Alagoinha mediante o seu povoamento e estabelecimento como um local de habitação coletiva que pudesse, posteriormente, reivindicar o posto de cidade, nos valem de textos de memória, produzidos a partir da tradição oral: *Resumo Histórico do Município de Alagoinha do Piauí* (1998), *Perfil do Município de Alagoinha do Piauí* (1997), *Origem Histórica de Alagoinha do Piauí* (2001), estes textos são resultados de uma memória coletiva herdada, passada de pai para filho ao longo do tempo até que foram compiladas em forma de resumos históricos, disponíveis nos arquivos da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Educação.

O conceito de memória herdada é discutido por Michael Pollak para se referir a uma socialização histórica da memória, referentes a acontecimentos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo: “É perfeitamente possível que, por meio da socialização política ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar em uma memória quase que herdada” (POLLAK, 1992, p. 201).

Já sobre o conceito de memória coletiva e sua junção com a memória individual, nos valem das discussões de Maurice Halbwachs, quando o autor afirma que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2006, p. 69). O autor deixa claro que a memória coletiva se sobressai em relação à memória individual, e, quando pensamos estar rememorando fatos baseados na nossa memória sobre algo relacionado à sociedade na qual nos inserimos, não estamos fazendo mais do que repetir o discurso da memória coletiva.

Tal discussão nos ajuda a entender nossas fontes, que se tratam de uma memória coletiva herdada, produzidas a partir de uma tradição oral.

De acordo com estas fontes, os primeiros moradores a chegar às terras do hoje município de Alagoinha do Piauí vieram, conforme já indicamos inseridos, em um contexto de povoamento aplicável a grande parte do sertão brasileiro: Em busca de terras para criar gado e plantar gêneros alimentícios. Eles teriam começado a chegar por volta do último quartel do século XVIII, vindos das Províncias da Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte.

Aproveitando as rotas de povoamento dos indígenas para se estabelecer ao longo dos rios, onde teriam mais facilidade para prover os rebanhos bovinos, algumas famílias foram chegando no final do século XVIII e se estabelecendo nas localidades ribeirinhas que hoje formam o Município. Estas primeiras famílias são apontadas como sendo os Brito, Silva, Dias de Medeiros, Sá Camarço, Lima, Rocha e Soares. Devido ao fato da existência de uma lagoa no que hoje é a zona urbana da cidade, o povoado recebeu o nome de Alagoinha. Sendo o mais acessível às fontes de água (a lagoa e também o Rio Grande, que hoje se chama Marçal), naturalmente foi este o local que recebeu o maior contingente populacional.

Assim é que, mediante a chegada de sucessivas famílias a região, bem como a partir dos casamentos entre os filhos das famílias já instaladas, o povoado Alagoinha, como também outras localidades em seu entorno, principalmente Areia Branca, Piranhas, Caiçarina e Pedras, foram se tornando núcleos populacionais cada vez maiores, formando uma comunidade que se integrava entre si. Esta comunidade tinha pouca comunicação com sua sede municipal, Pio IX, que entre o final do século XIX e o início do século XX vinha passando por inúmeras conturbações de ordem política/administrativa, e, por este motivo dava pouca importância às localidades distantes que faziam parte de seu vasto território.

Viviam da agricultura e da criação de animais, tendo um cotidiano pautado na dura labuta com os afazeres da roça, do criatório de animais domésticos e da criação dos filhos, conforme podemos observar nas nossas fontes literárias que dão conta da sensibilidade ou “sintonia fina” (PESAVENTO, 2002) do momento em que estamos pesquisando:

Teus filhos são gigantes, são guerreiro
A tirar da mãe terra o seu sustento
Terra boa do feijão, dos cajueiros
Que não nega aos seus filhos alimento
(BRITO, 2007, p. 71).

Em trechos da letra do hino de Alagoinha do Piauí, escrito pela professora Fidélia Rocha Brito, a autora exalta a emancipação política da cidade relembrando as principais atividades econômicas nas quais se empregavam os primeiros povoadores do lugar. Evidenciando o cotidiano dos primeiros moradores alagoinhenses, ao longo de décadas, séculos de povoamento. Em outra composição, também de Fidélia Brito, podemos observar a sensibilidade da autora em capturar momentos inerentes ao cotidiano destes antigos moradores, narrando seus afazeres.

Quero eternizar em verso
O que me vem das entranhas
Sobre um pequeno universo
A minha saudosa Piranhas.
[...]
Sorrindo a todo momento
O tio Alcides passava
Com as ancas no jumento
Água no rio buscava.
[...]
Na casa de tio Josino
Tinha muita novidade
Bombom e biscoito fino
Trazidos lá da cidade.

Sua casa também foi
Um ambiente escolar
Uns que soletravam boi
E diziam “marruá”
(BRITO, 2007).

Neste verso, que tem como título *Piranhas de meu tempo*, a escritora fala sobre as memórias que tem sobre a sua infância na localidade de Piranhas, nas imediações da hoje sede municipal. Neles, a autora relembra histórias contadas por seus avós e seus pais sobre antigos moradores da região. Em sua fala, nomeia pessoas carinhosamente “tio Alcides”, “tio Josino”, mas dá a ver outros tantos moradores inominados que fazem parte da história dos lugares de que estamos tratando.

Em sua fala poética, podemos perceber muitos detalhes da vida cotidiana dos primeiros moradores da região: Entre eles a autora narra a busca de água no rio para as

atividades domésticas, utilizando para isso as ancas⁴ e o jumento, um dos principais meios de transporte e de carga que os alagoinhenses tiveram por muito tempo.

Outro detalhe mostrado pelo poema sobre o cotidiano dos primeiros moradores é o encantamento diante da novidade que eram os “bombons e os biscoitos finos” trazidos da cidade, pois a cidade em questão não era perto, nem um lugar onde todos tinham o costume de ir regularmente. As cidades mais frequentadas pelos alagoinhenses neste momento eram a sede municipal Pio IX que fica a mais de 100 quilômetros de distância, ou Picos, que fica a aproximadamente 80 quilômetros, sendo uma distância muito grande para os moradores da época que não dispunham de meios de transporte mais sofisticados.

Temos ainda a informação sobre as primeiras escolas desta região: O poema mostra a casa de “tio Josino⁵” como sendo “um ambiente escolar”, isto por que na época, segundo informações dos mais velhos, não tinha na região nenhuma escola implantada pelo poder público, sendo que os pais que possuíam uma condição financeira melhor pagavam professores (que eram chamados de mestres) particulares para que seus filhos aprendessem pelo menos a ler e escrever. Os que desejavam continuar nos estudos tinham que se mudar para Pio IX ou para a capital do Estado.

Geralmente funcionava da seguinte forma: Os pais de uma região combinavam com seus vizinhos e contratavam um professor por um determinado período, notadamente no período de “verão”, ou seja, em uma época do ano em que as aulas não atrapalhassem os filhos de ajudar na roça. O professor era pago por todos os pais que entravam na combinação, só que este se hospedava na casa daquele que se dispusesse a recebê-lo e lhe dar casa e comida durante a temporada que permanecesse na região. Esta casa funcionava como escola durante certos períodos do ano, mas era uma iniciativa particular.

O texto elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e compilado a partir de manuscritos e depoimentos que sobreviveram através da tradição oral, também nos permite observar algumas informações sobre a educação ofertada no povoado Alagoinha e seus entornos no final do século XIX e início do século XX:

Na virada do século XIX para o século XX, Liberato Dias, Antônio Morais, João Morais, João Laurindo e Dióla foram os primeiros mestres de Alagoinha. Eles trabalhavam nas casas de família ensinando os filhos dos fazendeiros, era considerada uma iniciativa privada. A primeira escola pública do povoado funcionou em uma casa particular, uma Casa Escola, tendo como primeiro professor

⁴ Pequeno barril de madeira, contendo alças de metal, que eram usadas para suspender o barril na “cangaia”, espécie de sela que tinha cabeçotes para pendurar as alças dos barris. O animal consegue carregar duas ancas, penduradas uma de cada lado da cangaia.

⁵Josino Nicolau da Rocha (1894-1976) - Foi a sua casa que funcionou como uma das primeiras casas escolas da região de Piranhas.

Ursulino José de Brito, no ano de 1936, era apenas para alfabetização (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2001, p. 7).

Sobre estas dificuldades ou percalços pelos quais passaram os primeiros povoadores que formaram a cidade de Alagoinha do Piauí, também encontramos informações no *Resumo Histórico do atual município de Alagoinha do Piauí*:

Os moradores da aludida região, durante muitas décadas enfrentaram a dura realidade da Monarquia, embora estivessem geograficamente distantes dos seus comandantes, os colonos que lá viviam tiveram seus dias marcados pela falta de assistência de qualquer natureza, não havia transporte que não fosse o animal, educação sistemática, medicina, ou quaisquer outros benefícios de obrigatoriedade do poder público (ALAGOINHA DO PIAUÍ, 1998, p. 2).

Já com relação à saúde pública, os alagoinhenses viveram muito tempo em completo descaso por parte dos governantes, como diziam os mais velhos, “morriam à míngua”, pois só havia hospitais e posto de saúde nas cidades como Pio IX, Picos, Jaicós e em casos mais graves, os doentes tinham que ser retirados para Teresina, o que era caro, portanto só acessível aos mais ricos.

Para os cuidados mais comuns com a saúde utilizava-se a sabedoria popular, os chás, as infusões e as rezadeiras (benzedeiras). Para a realização de partos utilizava-se a parteira e, por isso, era muito comum a morte de mulheres por complicações no parto e também de recém-nascidos:

Uma das parteiras mais conhecidas foi a senhora Josefa de Justino, que nesta comunidade muito contribuiu para o nascimento de muitos alagoinhenses. Já por volta de 1952, veio de Picos o médico Antenor Neiva, para fazer o parto da esposa de seu João Raimundo (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2001, p. 8).

O fato de um médico se deslocar de Picos para fazer um parto em Alagoinha certamente despertou curiosidades e especulações, pois era bastante incomum e algo que só poderia almejar alguém com muitas posses para pagar pelo serviço, sobretudo devido à distância da localidade e a precariedade dos meios de transporte e das vias de acesso.

Estas informações nos levam a traçar um retrato de como viviam os primeiros povoadores do lugar que mais tarde viria a se tornar o município de Alagoinha do Piauí.

Ao longo dos séculos XIX e XX a população da região foi aumentando, conforme podemos observar no texto de Alencar:

Muitas outras famílias chegaram no decorrer dos anos e se estabeleceram na região que posteriormente se tornaria o município de Alagoinha do Piauí. [...] Entretanto, estas pessoas viviam isoladas, pois moravam em locais afastados onde a comunicação era difícil, praticamente inexistente. As famílias, muitas vezes, não sabiam da existência de outras pessoas na região (ALENCAR, 2004, p. 29).

De fato, é fácil supor que as condições de integração dos primeiros povoadores de Alagoinha foram precárias nos primeiros anos do século XIX e, provavelmente, havia pouca ou nenhuma comunicação entre os moradores e também destes com a sede Pio IX. A falta de estradas, a falta de meios de comunicação e, até mesmo, a falta de meios de transporte que não fosse o lombo de animais funcionaram, sem dúvida, como fatores de distanciamento entre os primeiros moradores.

No entanto, nem por isso havia necessariamente apenas distanciamentos: Os relatos apontam que existia, sim, uma integração muito grande entre as famílias que viviam nas localidades vizinhas, que posteriormente foram desmembradas de Pio IX para se tornar município autônomo. Essa integração se dava por meio de socializações que ocorriam em missas, novenas, leilões, São Gonçalos⁶, reisados⁷, cantorias e também na feira.

Dentre as localidades que hoje formam o município de Alagoinha do Piauí o povoado Alagoinha era o local mais procurado, pois segundo o jornalista Marcos Carvalho (2006), se tratava de um lugar ameno, com água em abundância, uma vez que, além de ficar à margem do Rio Grande, hoje Marçal, ainda tinha a lagoa, ou Lagoinha de João Gabriel, como era chamada a lagoa que ficava dentro das terras do Senhor João Gabriel de Brito e nomeou a localidade, e que, hoje, nomeia a cidade Alagoinha do Piauí. Foi nesse local que muitos colonos fixaram moradia e viveram em comunidade, ou seja, formaram um povoado, que muitos anos depois viria a se tornar uma cidade.

Os elementos constitutivos da cidade: Ruas, mercado, templo e as representações dos moradores

O povoado Alagoinha começa então a dar seus primeiros passos na caminhada pela sua urbanização e depois pleitear sua emancipação, posto que para se tornar cidade é preciso primeiro ser um imã (ROLNIK, 2004), ou seja, é necessário primeiro ter condições que atraiam povoadores. Depois disso, é preciso que haja o desenvolvimento de elementos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, que propiciem as condições mínimas de integração e que funcionem como “elementos de fascinação”, pois segundo Sandra Pesavento (2007) “as cidades fascina”. Entendemos que estes elementos de

⁶ Dança religiosa de origem portuguesa, muito comum no Nordeste brasileiro, utiliza coreografia em roda e é geralmente usada para pagar promessa ao Santo que a nomeia.

⁷ Dança típica ou festa incorporada ao folclore piauiense, realizada em homenagem aos três reis magos que, na cultura católica, visitaram o menino Jesus e lhe levaram presentes.

fascinação são aquilo que as constitui enquanto espaço urbano: Edifícios públicos, mercados, templos.

O lugar Alagoinha, depois da atração inicial dos colonos ao seu território, começa lentamente a receber melhoramentos urbanísticos que vão, aos poucos, alterando a sua face rural, transformando-o em um povoado mais desenvolvido estrutural e fisicamente, conforme podemos observar em outro poema que fala do desenvolvimento de Alagoinha até a sua posterior emancipação:

Alagoinha é o nome
Uma origem do passado
Uma lagoa que tinha
Bem próximo onde foi criado
As casas e o mercado público
Em forma de povoado.

Setenta anos atrás⁸.
Armínio e João Gabriel,
Sérgio Fialho e Florêncio,
Dedé por nome Manoel,
Dário e Antônio Cipriano,
Zuza, Melado e Miguel
(BRITO, 2000).

Roberto Lobato Corrêa aborda o espaço urbano como sendo “um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente” (CORRÊA, 2000, p. 8). E o que é a cidade senão um emaranhado de marcas espaciais, de resquícios, de permanências e distanciamentos entre os tempos do passado e do presente?

Pelo poema pode-se perceber que existem permanências, tanto na questão do próprio nome, quanto nos antigos moradores que começaram o processo de urbanização, construindo as casas em forma de povoado, alinhadas em pequenas ruas (1900), a partir do mercado público (1930) e da igreja (1945), que, depois, dariam origem a cidade Alagoinha. Estes moradores ainda hoje permanecem nomeando as principais ruas da cidade. Muitos destes que são colocados como primeiros moradores, deram origem às famílias mais antigas da região e, conseqüentemente, foram inseridos na política local.

As ruas: a construção das quadras organizadas no povoado Alagoinha

⁸ Convém informar que quando o autor fala em “setenta anos atrás” está se referindo ao ano de 1930, quando se iniciou a construção do mercado público e das quadras mais organizadas urbanisticamente, já que o poema foi escrito no ano 2000, por ocasião do décimo quarto aniversário de emancipação política de Alagoinha do Piauí.

A história das cidades, ou as representações dos cidadãos sobre sua cidade, passam, muitas vezes, pela evocação de suas memórias, ou, de seus lugares de memória. Neste momento, nos reportamos a um momento importante da cidade de Alagoinha do Piauí: A construção das primeiras ruas, organizadas em pequenas quadras, dando início a organização urbanística do povoado.

Michel de Certeau (2008) no texto: “Os fantasmas da cidade”, também evoca a memória contida nos lugares da cidade, lugares que sensibilizaram ou que ainda sensibilizam os moradores e transeuntes. Espaços que sobreviveram ao longo do tempo, marcas que sobreviveram às modificações, tal qual um palimpsesto, no qual sobrevivem resquícios de uma escrita que se foi.

Na análise de um destes resquícios que representam a memória sobre os lugares de Alagoinha, em outro fragmento do cordel de Adão das Chagas Brito, novamente vemos o autor evocar os antigos moradores da vila Alagoinha, inclusive com uma certa exaltação ao fato de eles terem fundado um lugar que mais tarde alcançaria o “progresso”, ao crescer e se tornar uma cidade.

Os primeiros fundadores
Muito se preocuparam
A morte veio, Deus levou
Foram e nunca mais voltaram
Sem conhecer o progresso
Do lugar que eles fundaram
(BRITO, 2000).

Conforme os relatos presentes nos resumos históricos que usamos como fonte, no final do século XIX os habitantes da localidade Alagoinha começam a se articular no sentido de reivindicar melhoramentos urbanísticos para a região, alterando, assim, a sua face rural.

Sendo assim, os primeiros moradores destacados na poesia de Adão das Chagas Brito, bem como outros apontados por Valdênia Alencar (2004) e Marcos Carvalho (2006) – sendo eles: José de Lima, Teodoro Brito, Joaquim Clementino –, e vários outros moradores anônimos do local começam a construir as primeiras quadras organizadas em pequenas ruas.

Este fato foi citado no *Resumo Histórico do Atual Município de Alagoinha do Piauí* (1998) como uma iniciativa importante para a urbanização do povoado.

Em 1900, os colonos José de Lima, Teodoro Brito e Joaquim Clementino iniciaram os primeiros trabalhos de erguimento da vila Alagoinha, cujo nome foi dado ao lugar pelo fato de existir bem próximo dali uma lagoa. Em 1930, a partir de um plano formado pelos senhores Sérgio Fialho, Armínio Fialho, Manoel Policarpo, Mariano Policarpo, João Gabriel de Brito e Antônio Cipriano de Brito, depois de edificadas as primeiras casas, inicia-se a construção do mercado público (ALAGOINHA DO PIAUÍ, 1998, p. 4).

Ora, analisando as fontes que elegemos para a construção deste trabalho, percebemos que este momento de construção das ruas organizadas do povoado tem uma significação que sobrevive nos alagoinhenses, pois vem sendo apontada nos relatos destes sobre a cidade, servindo, inclusive, como mais um pretexto para legitimar a busca por emancipação política, já que o povoado, em tese, continha um aparato urbano já consolidado há muitos anos.

Este fato é importante, pois analisando a historiografia a respeito das emancipações de muitas pequenas cidades piauienses, percebemos que ao buscarem e conseguirem sua emancipação política, muitas delas não possuíam sequer um número mínimo de residências no povoado destacado para ser a sede municipal. Assim, desde 1900 e ao longo da primeira metade do século XX, o processo de formação e organização do povoado Alagoinha vai se intensificando. Aos poucos, a localidade vai adquirindo uma face mais urbanizada a partir da construção das ruas alinhadas, formando pequenas quadras.

O mercado: A significação da construção do mercado público

Os trabalhos de erguimento do mercado público começam já nas primeiras décadas do século XX, sendo apontado o ano de 1930. Este momento tem uma importância considerável na formação das cidades, pois estabelece o lugar como um local de comércio, o que sempre ajuda a atrair mais pessoas e desenvolver melhor a região. No que concerne a Alagoinha, o seguinte registro disponível em *Origem Histórica de Alagoinha do Piauí* (2001) informa que:

Já em 1930 é iniciada a construção do Mercado Público e o lugarejo foi então elevado à categoria de vila, Vila Alagoinha, pertencente ao município de Fronteiras, mas por decisão judicial ficou definitivamente pertencente a Pio IX, município do qual foi desmembrada (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2001, p. 2).

O erguimento do mercado público, na dinâmica da constituição das cidades, é um fato que consolida o lugar enquanto um local de comércio, possibilitando uma maior circulação de pessoas e de dinheiro no povoado, algo importante para atrair mais pessoas e também alavancar o seu desenvolvimento.

No entanto, relatos da tradição oral, descritos pelo cronista Marcos Carvalho (2006) apontam que já existia uma feira pública no povoado Alagoinha em 1928, antes da construção do mercado, nas segundas-feiras. Nestas ocasiões se reuniam a população local e das demais localidades vizinhas, tanto para comprar e vender, como para se comunicarem, ou seja, a feira funcionava como um momento de socialização naquelas paragens onde poucas novidades aconteciam.

A análise da inserção do mercado ou da feira como parte integrante e inseparável da caracterização das cidades é observada na obra de Raquel Rolnik (2004), ao explicar que as cidades, por possuírem o poder de atrair pessoas e assim darem lugar às aglomerações, potencializam o surgimento e a intensificação do comércio e da capacidade produtiva. Sobre o surgimento do mercado dentro do espaço da cidade a autora afirma o seguinte:

Tudo isto se refere a um tipo de espaço que, ao concentrar e aglomerar as pessoas intensifica as possibilidades de troca e colaboração entre os homens, potencializando sua capacidade produtiva. Isto ocorre através da divisão do trabalho. Isolado, cada indivíduo deve produzir tudo aquilo que necessita para sobreviver; quando há possibilidade de obter parte dos produtos necessários à sobrevivência através da troca, configura-se a especialização do trabalho e instaura-se um mercado (ROLNIK, 2004, p. 25-26).

Assim, aponta-se a importância do comércio/mercado/feira no processo de sedentarização do homem e ainda mais, no desenvolvimento de aglomerações humanas, formando povoados e cidades.

Ainda sobre o processo de povoamento e posterior emancipação política, vemos que a construção do mercado público foi um fator importante, semelhante ao que defende Moraes (2008) ao estudar a emancipação de Francinópolis-PI. A historiadora afirma que:

[...] a feira tem uma dinâmica no curso da cidade [...] que desperta curiosidade. Essa dinâmica diz respeito ao fato de propiciar condições naturais favoráveis de estabelecimento como local de troca, paragens e, principalmente, atração e concentração de pessoas (MORAIS, 2008, p. 70).

A feira, o templo, os lugares públicos, enfim, todos os locais e momentos que rememorem, funcionando como momentos/espacos de memória de uma cidade, são importantes para os consumidores dos espaços urbanos, conforme podemos observar através da leitura de Santos (2007), “o que chama a atenção são os rituais de fundação das cidades [...] A construção de uma praça central, a qual conduziam todas as ruas, a comemoração sobre a data de fundação da cidade” (SANTOS, 2007, p. 52).

Podemos perceber que tanto o momento de erguimento da vila, quanto o da construção do mercado público para normatizar e melhor organizar a feira e, ainda, a construção da Igreja de São João Batista em 1945, foram momentos importantes, verdadeiros marcos de fundação do que, mais tarde, seus conterrâneos lutariam para ver se tornar cidade.

O templo: A construção da Igreja de São João Batista

Chegamos agora na análise do último dos elementos que elegemos – de acordo com o diálogo com nossas fontes – como sendo um dos lugares que contribuíram para o processo de

urbanização em Alagoinha do Piauí: O templo. Assim, trataremos agora da construção da Igreja de São João Batista, padroeiro de Alagoinha do Piauí.

A construção de um templo religioso constitui-se num momento significativo na fundação de muitas cidades brasileiras. Por esta razão, trazemos aqui as informações que os moradores oferecem nas suas escritas, sobre a construção da Igreja Matriz e sua sagração ao padroeiro São João Batista.

Este ritual de construção de capelas e oferecimento delas e da região a um santo perpassa pela associação entre a Igreja Católica e o Estado, no sentido de possibilitar o desbravamento e a colonização de grandes áreas de terras no Brasil e, principalmente no Piauí, conforme discute Eliane Rodrigues de Moraes (2008):

A colonização do Brasil foi uma ação conjunta da Igreja com o Estado. Nesse período vieram para a América portuguesa diversas ordens religiosas: franciscanos, beneditinos, dominicanos, carmelitas, entre outras. Dentre elas, destacam-se os jesuítas, pois desempenharam um importante papel na colonização do Brasil (MORAIS, 2008, p. 33).

As cidades piauienses também acompanharam esta tendência: Valdênia Alencar (2004, p. 16) afirma que “desde o início da ocupação colonial do Piauí, a igreja desempenhou papel fundamental na formação dos núcleos urbanos, pois a capela era pré-requisito para a formação das freguesias, vilas e cidades”.

Raquel Rolnik (2004) também discute a construção do templo religioso como uma das maneiras de os homens ocuparem o espaço, ou seja, uma das formas de garantia de domínio sobre este seu espaço seria a apropriação não só material, mas também ritual do território.

O templo era o imã que reunia o grupo. Sua edificação consolidava a forma de aliança celebrada no cerimonial periódico ali realizado. Deste modo, a cidade dos deuses e dos mortos precede a cidade dos vivos, anunciando a sedentarização (ROLNIK, 2004, p. 14).

Voltamos a dialogar com Eliane Rodrigues de Moraes (2008): Quando discute sobre o papel da Igreja Católica na fundação de povoados, vilas e cidades, ela afirma que “a maioria das cidades brasileiras passou a se desenvolver em função de uma igreja católica” (MORAIS, 2008, p. 68). É importante acrescentar a este excerto que a igreja é uma referência como espaço socializador daquela população.

Podemos perceber que os autores acima citados apontam o momento de fundação dos templos religiosos como elementos deflagradores do processo de atração de povoadores, bem como um passo importante para a sedentarização em torno do templo. E, por fim, concordam que a fundação do templo religioso, via de regra, precede a fundação das cidades,

possibilitando a sua sagração a um padroeiro que já está estabelecido no local no momento de seu desenvolvimento enquanto cidade.

A construção da Igreja de São João Batista em Alagoinha também foi, conforme dissemos, um momento marcante para a consolidação do povoado. Antes disso, casamentos, batizados, crismas, comunhão, eram realizados nas cidades mais próximas ou apenas quando aparecia algum padre na região, que celebrava a missa na casa de alguém da localidade.

Se em Alagoinha do Piauí o templo não chegou a ser, exatamente, o imã inicial do povoamento, contudo, há indícios de que a religiosidade já acompanhara os primeiros povoadores desde os momentos iniciais da sua chegada à região que hoje compõe o município, tendo sido por esta tradição legado o padroeiro da cidade, São João Batista.

A tradição oral apresenta a versão histórica de que o início da celebração das novenas de São João Batista teria começado no ano de 1915, não no povoado Alagoinha, mas na localidade Areia Branca, na casa do casal Antônio Pedro Pereira e Izabel Pereira. Estes eram momentos de grande festividade, onde se reunia não só a comunidade local, mas também das localidades vizinhas. Nestas ocasiões, festejava-se não apenas o santo padroeiro, como também era uma oportunidade para socializar, reencontrar os amigos e conhecidos, conhecer novas pessoas, iniciar namoros, comprar e vender comes e bebes. Enfim, era um momento, dentre poucos, de distração/socialização para a população local e circunvizinha.

Areia Branca, nosso berço
Já tinha uma tradição
Festejar, rezar o terço
Em louvor de São João.

Pois era o maior festejo
Visto aqui na região,
De todo o canto o cortejo
Vinha pra esta função
(BRITO, 2006).

Os versos acima são trechos do poema *Homenagem as bodas de diamante dos festejos de São João Batista, na Igreja de São João Batista*, escrito por Fidélia Rocha Brito, em 2006, por ocasião das bodas de diamante (60 anos) da realização dos festejos de São João Batista na Igreja construída em sua homenagem. A primeira missa realizada na Igreja teria acontecido no ano de 1946, com a igreja ainda em construção, portanto, em 2006 os festejos em Alagoinha completaram 60 anos de existência.

Conforme podemos ver no poema, o padroeiro ao qual o povoado Alagoinha foi consagrado foi uma herança das primeiras famílias que povoaram a localidade de Areia Branca. Há relatos dos moradores mais antigos, que ouviram histórias de seus pais, ou que

participaram das festas quando ainda eram crianças ou jovens, de que era realmente “o maior festejo” da região. Para este evento iam pessoas de todas as localidades vizinhas, convidava-se parentes e conhecidos que moravam em outras localidades, ia gente também da cidade sede: “De todo canto o cortejo vinha pra esta função”.

A Igreja de Alagoinha só começa a ser construída em 1945, depois de o pequeno povoado já se encontrar mais organizado. Para tal empreendimento, foi necessária a participação dos moradores, articulados em forma de mutirão, todos empenhados na construção de tão simbólica obra, conforme podemos ver no poema abaixo:

E veio a necessidade
De uma casa de oração,
Pro povo da localidade
Fazer sua devoção.

Mil novecentos e quarenta e cinco
Iniciaram a peleja,
Nosso povo fez afinco
Pra construir essa Igreja.

E o povo com alegria,
Dava a cooperação
Para ver feita um dia
A Igreja de São João
(BRITO, 2006).

O poema acima transcrito nos permite entender vários aspectos da construção da Igreja em Alagoinha: O primeiro é que antes da construção do templo já existiam momentos e locais específicos onde a população se reunia para expressar sua religiosidade; o poema também coloca a data de 1945 para o início da construção, porém, é importante destacar que esta só foi concluída em 1949.

Outros pormenores que podemos observar ainda no poema é a forma como o momento da construção do templo foi encarado: Como um momento solene em que os moradores deixam de lado suas labutas e se unem em prol de um objetivo maior, a construção da igreja. Foi uma iniciativa comunitária, onde as pessoas trabalharam voluntariamente, fizeram doações para comprar o material, fizeram leilões para arrecadar dinheiro, buscavam água no rio, tiravam barro para fazer o reboco dos barrancos próximos, enfim, foi um trabalho que envolveu muitas pessoas do povoado Alagoinha e das localidades vizinhas.

Desta forma, a construção de um templo e a sua sagração a um santo padroeiro acompanhavam a tradição da formação de povoados, vilas e cidades, bem como atribuíam importância ao povoado Alagoinha frente a outras localidades que já possuíam igrejas. Além

disso, os festejos em homenagem a São João Batista, realizados no mês de junho, atraíam visitantes e funcionavam como um momento de lazer e descontração para os moradores.

Vemos assim que os elementos constitutivos da cidade (ruas, mercado, templo) têm a sua importância na história da cidade Alagoinha, por iniciarem a sua urbanização, funcionando como justificativa para um posterior pedido de emancipação, que alegaria o seu já comprovado crescimento e, também, a falta de integração entre o município sede, Pio IX e o povoado Alagoinha e seus entornos.

Considerações finais

Depois de possuir os elementos essenciais para o início do seu desenvolvimento enquanto povoado (organização urbanística a partir de um agrupamento organizado de casas, templo religioso, mercado público para o desenvolvimento do comércio), Alagoinha começa a crescer e a ganhar importância frente às localidades vizinhas que hoje compõem as zonas rurais do seu município. Os moradores do seu entorno começam a afluir para Alagoinha por ocasião das feiras – agora realizadas já no mercado público, aos domingos –, e também por ocasião das celebrações religiosas, principalmente no mês de junho, quando eram (e ainda são) celebrados os festejos do Padroeiro São João Batista.

Quanto à organização urbana, dentro do povoado, esta foi encabeçada por seus próprios moradores ainda no ano de 1900. Daí em diante o povoado, bem como as localidades em seu entorno ficou muitas vezes a mercê da própria sorte, pois o seu município sede, Pio IX era muito distante.

Durante todo esse tempo, de 1900 a 1986, quando Alagoinha consegue a sua autonomia administrativa, a população se mobilizou como pôde, reivindicando melhorias urbanas e desenvolvimento para a região. Este pretense “desenvolvimento”, ou a falta dele, eram, de qualquer forma, razões para se discutir na política, no concernente à representatividade popular que, muitas vezes, se mobilizava para eleger seus vereadores e não perdia a oportunidade de cobrar de Pio IX ações públicas para melhorar a sua região.

As primeiras iniciativas no sentido de pleitear a emancipação política de Alagoinha do Piauí começam na década de 1960, seguindo uma onda de emancipações de novos municípios vizinhos, mas só logra êxito em 1986, quando, por meio da Lei Estadual 4.042 de 09 de abril de 1986, se torna cidade.

Referências bibliográficas:

ALAGOINHA DO PIAUÍ: *Perfil do Município*. Secretaria Municipal de Educação, Alagoinha do Piauí, 18 de Março de 1997.

_____. *Dados gerais*. Disponível em:

www.cepro.pi.gov.br/dawloand/201309/CEPRO.pdf. Acesso em 22 dez. 2017.

ALENCAR, Valdênia Maria da Rocha. *Formação e desenvolvimento do município de Alagoinha do Piauí*. Monografia (Graduação em História), Teresina, PI: UFPI, 2004. BRITO, Adão das Chagas. *Homenagem a Alagoinha do Piauí*. Alagoinha, 2000. (texto digitado por Belmira Sá).

BRITO, Maria Fidélia da Rocha. *Recados*. Teresina: EMGERPI, 2007. 182 p.

_____. *Hino à Alagoinha do Piauí*. In: BRITO, Maria Fidélia da Rocha. *Recados*. Teresina: EMGERPI, 2007 182 p. 71.

_____. *Homenagem às bodas de diamante dos festejos de São João Batista, na Igreja de São João Batista*. Alagoinha, 2006. (Texto manuscrito).

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.

CARVALHO, Marcos. *Viagem no tempo – Alagoinha do Piauí-PI: história documental (1792-2006)*. Alagoinha do Piauí-PI/Brasília-DF, 2006.

CERTEAU, Michel de. O bairro / Os fantasmas da cidade / Espaços privados. In: *A invenção do cotidiano: 2 Morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 37-45; 189-207.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados*. Rio de Janeiro, n. 11(5), 1991, p. 173-191.

_____. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000. P.7-35.

FERREIRA. A. B. H. *Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 4 ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Alagoinha do Piauí. disponível em: <http://ibge.gov.br/cidades>. Acessado em 12 fev. 2017.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE ALAGOINHA NO PIAUÍ. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/alagoinhadopiauui>. Acesso em 27 dez. 2017.

MORAIS, Eliane Rodrigues de. *De Papagaio a Francinópolis*. Teresina: EDUFPI, 2008.

ORIGEM HISTÓRICA DE ALAGOINHA DO PIAUÍ – PI. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Alagoinha do Piauí, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, Cidades sensíveis, Cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27 n. 53 de junho de 2007.

_____. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano* – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2. ed. 2002.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, Vol.5, n. 10, 1992. p. 201-215.

RESUMO HISTÓRICO DO ATUAL MUNICÍPIO DE ALAGOINHA DO PIAUÍ. Prefeitura Municipal, Alagoinha do Piauí, 1998.

REZENDE, Antônio Paulo. *(Des)encantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: FUNDARTE, 1997.

ROCHA, M. L. *Alagoinha do Piauí: formação histórica*. In: SANTOS, Raimundo N. L. dos. (Org.). *As cidades de Clío: abordagens históricas sobre o urbano*. Teresina: EDUFPI, 2014. p. 211-227.

ROLNIK, Raquel. *O quê é cidade*. 3 ed. 6 reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, Raimundo N. L. dos. *Timon, uma flor de cajazeiras: do povoamento à vila*. Timon: Ed. da Prefeitura Municipal de Timon, 2007, 168 p.

SOUSA, Regivalda: A lagoa. In: SOUSA, Regivalda. *O olho da estrela*. Teresina: Nova Aliança, 2016.

_____: Minha cidade. In: SOUSA, Regivalda. *O olho da estrela*. Teresina: Nova Aliança, 2016.